

Madeira com Taxa Baixa de resistência aos Antibióticos

É uma boa notícia para a Região. As taxas de resistência aos antibióticos são muito baixas. Isso significa que em caso de uma infecção mais grave, mesmo ao nível hospitalar, os doentes podem ser tratados com antimicrobianos semelhantes ao que seriam utilizados para infecções com origem na comunidade.

Este é um dos resultados que pode ser extraído dos Relatórios Preliminares dos Estudos de Prevalência de Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde (IACS) e Utilização de Antimicrobianos nos Hospitais Agudos e nas Unidades de Cuidados Continuados, relativos a 2017 e que foram concluídos em Janeiro último.

Margarida Câmara, Coordenadora do Grupo de Coordenação do Programa de Prevenção e Controlo da Infecção e Resistência aos Antimicrobianos (PPCIRA) do SESARAM explica ao DIÁRIO que os dados revelam que, entre 2013 e 2017, além de ter diminuído a taxa de prevalência de infecções associadas aos cuidados de saúde (IACS), também diminuiu a taxa de resistência aos antimicrobianos. Os resultados obtidos ao nível da prevalência da taxa de IACS satisfaz a responsável, mas o facto da resistência aos antimicrobianos ser baixa não fica atrás. “Isso é excelente”, afirma. “Em termos do que estamos a viver do ponto de vista nacional, e temos verificado um aumento crescente das resistências sobretudo das bactérias gram negativas e dos surtos que temos ouvido ao nível nacional, felizmente a Madeira tem tido o uso de antimicrobianos controlado através de um programa de assistência à prescrição de antimicrobianos que teve início aqui em 2014 e a que nós damos apoio”.

De acordo com a responsável, existe um trabalho feito não só ao nível dos prescritores, mas também da própria população, para que haja um uso regrado e informado deste tipo de medicamentos. “O que se verifica é que tem havido uma redução do número de dias de utilização de antibióticos e ao reduzirmos a pressão antibiótica no indivíduo e ambiente, conseguimos reduzir também as resistências”, diz ainda Margarida Câmara. “Neste momento estamos com taxas de resistência relativamente baixas e que não são preocupantes, mas obviamente vamos continuar a fazer este trabalho de tentar fazer com que os antibióticos continuem a ser usados de forma racional”, garante.

Nos dois relatórios a que o DIÁRIO teve acesso, e no que respeita ao uso destes fármacos, refira-se que, nos Cuidados Continuados, a taxa de doentes com utilização de antimicrobianos foi de 3,2%, o que revela uma redução de 4,8% relativamente aos resultados de 2013. No caso dos Hospitais (doentes agudos), o serviço com maior utilização de antimicrobianos foi o de Medicina Interna (35,6%), seguido de Cirurgia Geral (12,5%). 29,8% dos doentes estudados estavam a fazer, pelo menos um antimicrobiano, o que revela uma redução de 22,5% relativamente ao estudo de 2012.

“Os estudos mostram que foram encontrados neste dia, quer num, quer noutro, realmente infecções, mas infecções causadas por microorganismos que, do ponto de vista da resistência se assemelham muito aos que temos na comunidade. Isso é bom, porque significa que nós temos à nossa disposição, neste momento, muitas alternativas terapêuticas que provavelmente não teríamos se tivéssemos mais situações de resistência”, acrescenta Margarida Câmara

Infecções hospitalares a baixar

Tal como o DIÁRIO já havia avançado em Janeiro último, os mais recentes Relatórios Preliminares dos Estudos de Prevalência de Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde e Utilização de Antimicrobianos nos Hospitais Agudos e nas Unidades de Cuidados Continuados revelam que, em 2017, a prevalência de doentes com infecção no SESARAM era de 8,3%, (menos 6,1% em relação ao estudo de 2012) e que a prevalência de infecção hospitalar era de 8,8% (redução de 7,7% em relação a 2012).

“Estes resultados devem-se essencialmente ao trabalho que tem sido desenvolvido pelos profissionais de saúde que, sem dúvida, estão muito mais alerta em relação às medidas de prevenção e também à maior disponibilização do ponto de vista de recursos que são necessários para cumprir todas estas medidas”, disse Margarida Câmara relevando ainda a importância do projecto que está em curso financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, “que veio sem dúvida ajudar muito a implementação destas medidas. É verdade é que têm uma nova forma de trabalhar, uma maior monitorização, mas isto foi, sem dúvida, um empurrão para que se conseguisse em muitos serviços melhorar a taxa das infecções.”

Mas não é apenas nos hospitais da Madeira que as IACS têm baixado. Também nos Cuidados Continuados a taxa de prevalência de infecção é baixa. Aliás, explica a responsável, “em 2013 já tínhamos uma taxa baixa (7,1%) e neste momento é de 4,5% (menos 2,6%)”. Margarida Câmara refere que para estes bons resultados concorre o facto de “neste momento, o que está implementado ao nível hospitalar está implementado também

na nossa rede e temos essa mais-valia que é tudo concentrado no mesmo grupo de prevenção e controlo de infecção, o que permite que esta inter-relação seja muito mais fácil.”

Apesar dos bons resultados obtidos até agora, o trabalho ao nível da prevenção e controlo das IACS não pode parar e continuam a existir recomendações para adoptar medidas como o cumprimento rigoroso das normas gerais de prevenção da transmissão cruzada de infecção, o uso racional de antimicrobianos e a promoção da alta precoce dos utentes com incentivo à monitorização e tratamento em regime de ambulatório.

Infecções respiratórias são as mais prevalentes

Os dados presentes nos Relatórios Preliminares dos Estudos de Prevalência de Infecções Associadas aos Cuidados de

Saúde e Utilização de Antimicrobianos nos Hospitais Agudos e nas Unidades de Cuidados Continuados, permitem também saber quais as infecções mais prevalentes. Segundo explica Margarida Câmara, nos Cuidados Continuados, as IACS mais frequentes foram as respiratórias e as dos olhos/ouvidos/boca, com 28,6% respectivamente, seguidas pelas infecções do trato urinário e da pele/tecidos moles (causadas por úlceras de pressão), com 19%.

Já nos cuidados agudos, as infecções do trato respiratório inferior e as do sítio cirúrgico surgem como as mais prevalentes, como 28,6% cada, seguindo-se as infecções do trato urinário, com 20%.

Ao nível nacional, por exemplo, a infecção mais prevalente foi a do trato urinário com 24,3%.

Segundo a coordenadora do Grupo de Coordenação do PPCIRA, tem sido feito um esforço no sentido de reduzir as algalias, o que tem levado a uma diminuição da taxa de infecção do trato urinário no SESARAM.

Atentos à ‘Legionella’

Nos últimos tempos, tem havido várias notícias sobre surtos de Doença dos Legionários ou infecções por ‘legionella’ em hospitais de Portugal continental. Na Região, e até à data, nunca se registou um surto de ‘legionella’, mas isso não significa que as autoridades não estejam atentas.

Margarida Câmara explica que há já alguns anos o SESARAM tem um projecto de monitorização da qualidade das águas e dos ares condicionados, através do qual e numa colaboração estreita com o IASAÚDE, nomeadamente com o Laboratório de Saúde Pública, e de forma regular, são analisadas amostras quer de água, quer dos condensados dos sistemas de ventilação. Quando e sempre que é detectada alguma alteração, é feita uma intervenção correc-

tiva. “Se forem detectadas alterações, é feita uma intervenção imediata do serviço de instalações e equipamentos que procede à limpeza e à descontaminação, de acordo com o que está preconizado nos nossos procedimentos”, garante.

A verdade é que até agora, os casos raros de ‘legionella’ que têm sido detectados na Região, são provenientes da comunidade e não de IACS.

A Coordenadora do Grupo de PPCIRA do SESARAM explica ainda que não há necessariamente uma ligação entre a idade das estruturas e a prevalência de infecções hospitalares ou surtos como os de ‘legionella’. “A renovação e a melhoria das instalações contribui para que seja mais fácil a implementação de algumas práticas, nomeadamente a higienização do ambiente. Por exemplo, se eu tiver as superfícies lisas, se forem facilmente higienizáveis pelos produtos hospitalares, é claro que eu vou reduzir mais facilmente a carga microbiana, mas sem dúvida que a componente mais pesada nisto tudo são as medidas comportamentais”, refere. “O facto de ser um hospital velho obriga a maior exigência ao nível da limpeza hospitalar”, esclarece.

Ana Luísa Correia
In “Diário de Notícias”